

## **Evolução da economia em Angola 1930-1974**

**Eduardo de Sousa Ferreira**

### **I**

O objectivo desta comunicação é, a partir da análise\* do processo por que passou a economia angolana de 1930 a 1974, demonstrar que na realidade a economia de mercado não só penetrou em Angola, como nela se consolidou, dominando-a.

As últimas décadas da época colonial, em especial após os anos de 50, são todo um alterar das forças produtivas e das relações de produção que vai permitir cimentar o modo de produção capitalista e garantir a sua reprodução. Nestes termos, toma-se difícil aceitar a tese da «evolução desordenada e sem lógica» da economia colonial angolana.

Ela foi sujeita, se bem que com certas características particulares derivadas da «especificidade» da fraca economia colonizadora, ao processo de dominação típica de qualquer economia colonial, inserindo-se nas economias de capitalismo dependente: o crescimento é feito à base de investimentos vindos do exterior por debilidade da poupança local e orientados para sectores em que a colónia é rica em recursos; os investimentos têm um efeito de crescimento não equilibrado e de formação de enclaves na medida em que desenvolvem os sectores de exportação tradicionais com efeitos quase nulos nos outros sectores; a economia colonial vai sendo cada vez mais inserida na divisão internacional do trabalho.

Foi esta evolução que criou, principalmente a partir dos fins da década de 60, uma divergência de interesses em relação a Angola mas que se orientavam todos para a «descolonização» uma vez que os trâmites de dominação neo-colonial estavam garantidos. Os interesses da economia portuguesa, ao contrário do que correntemente é aceite, não abriram nenhuma excepção; a própria participação da economia portuguesa na dominação neo-colonial de Angola fora por aquela cuidadosamente preparada: pelo domínio de alguns sectores-chave, principalmente o bancário; pela participação em quase todos os sectores económicos, ao contrário de terceiros países que só penetravam num ou noutro sector; pela preparação duma elite branca e assimilada feita «à imagem do colonizador» .

Não foi a falta duma «lógica» no processo de colonização de Angola que conduziu até agora à não possibilidade de implantação do neocolonialismo e conseqüentemente à perda de domínio, também por parte de Portugal, sobre aquela antiga colónia. As razões terão que se ir encontrar noutros factores. Entre eles estará, certamente, o carácter específico do processo de descolonização, que se não compadeceu com a manutenção do sistema instalado. Na realidade, não foi possível criar uma alternativa ao movimento nacionalista que assumiu o poder e pôs em causa os mecanismos da economia de mercado implantada; por outro lado à fraca capacidade de negociação da potência colonial e à «fuga» da elite que preparara como correia de transmissão, mas que não chegara a ser integrada na formação social, há a acrescentar o facto de a descolonização ter sido feita ainda no «período revolucionário» da própria Metrópole.

### **II**

O factor trabalho, base tradicional do sistema de exploração colonial, manteve-se como factor essencial de produção na economia angolana até aos anos de 50.

O factor capital se bem que tivesse vindo a ser reforçado a partir dos anos de 20, continuava débil em termos de acumulação local e afluía de forma ténue da Metrópole, à época fracamente industrializada; por outro lado o capital estrangeiro deparava com dificuldades de penetração devido à política proteccionista do Estado Novo.

O sistema fiscal e o regulamento do trabalho baseado no Código do Trabalho dos

Índigenas de 1928 constituíam o enquadramento institucional destinado a limitar a possibilidade de o trabalhador angolano reduzir a sua actividade à cultura de subsistência, libertando mão-de-obra a ser inserida no circuito de economia monetária, seja através da sua introdução na «rede de comercialização» pela cultura autónoma de produtos de exportação seja através da exploração directa da mão-de-obra pelo assalariamento. Pretendia-se criar condições para a existência e utilização de mão-de-obra em termos favoráveis a uma economia de mercado. O método utilizado era assim duplo. Um, indirecto, através do sistema de impostos que coagia à obtenção de rendimentos monetários, sendo a aplicação das leis fiscais «utilizada pelos funcionários da Administração para garantir a mão-de-obra necessária às plantações europeias de cacau, café ou sisal ou para empresas como as minas de diamantes»; outro, directo, através do trabalho forçado sob variadas formas. Se este sistema de produção, baseado quase exclusivamente no factor trabalho, e nestas condições, não podia induzir uma economia dinâmica, por outro lado a possibilidade de dinamizar internamente a economia através duma actividade mais produtiva, como a do sector industrial, estava condicionada pela política colonial imposta pela Metrópole. Em princípio só a indústria extractiva - na realidade uma actividade primária - era directamente controlada pelo Estado, desde o decreto de Setembro de 1906 que estabelecia pertencerem todos os depósitos minerais ao sector público. Contudo, apesar de todos os outros ramos da indústria serem deixados ao sector privado, o estabelecimento de indústrias em Angola era controlado por Portugal. Em 1936 o decreto 26 509 tomou extensiva às colónias a política do Condicionamento Industrial como protecção da indústria portuguesa existente contra qualquer concorrência, formalizando assim a política até aí já seguida.

O estado em que se encontra a indústria em Angola nesta fase é a manifestação sectorial duma política mais global por parte da metrópole em relação à economia da colónia. A dependência política de Angola permitia à Metrópole condicionar a estrutura da economia colonial em função dos interesses da metropolitana. A Conferência Colonial de 1936 propõe a intensificação de complementaridade nas relações entre Portugal e Angola, a troca de produtos agrícolas e manufacturados da Metrópole por matérias-primas e produtos alimentares da colónia. A própria reduzida e pouco elaborada indústria angolana é orientada no sentido da exportação com a função de «complementar» as possibilidades de desenvolvimento da economia portuguesa.

Os mecanismos do comércio externo aliados a uma baixa produtividade, a um mercado interno restrito e à inexistência de indústria limitaram a acumulação local ao longo desta fase. Consequentemente, o quadro dentro do qual se pode verificar qualquer evolução económica é reduzido. As condições criadas são suficientes para permitir uma exploração de potencialidades existentes e assim permitir uma evolução quantitativa da economia, principalmente a partir da Segunda Guerra, mas não são suficientes para dar lugar a uma alteração da estrutura de produção. Daqui derivaram problemas específicos que necessariamente iriam levar a impasses. A necessidade de superar estes impasses, aliada às transformações na economia mundial iriam obrigar a Metrópole a rever a sua política económica para Angola, principalmente a partir dos anos de sessenta.

As condições descritas não permitem deduzir que Angola não estivesse já nesta fase inserida na divisão colonial do trabalho. Como nas colónias de outras potências a sua economia tomou-se parte integrante do sistema internacional de produção, ocupando o lugar que lhe é determinado pelas suas fontes de riqueza e pela sua capacidade económica. A estrutura das trocas revela elementos do tipo mais «clássico» da economia colonial. A produção é orientada segundo a tradição do pacto colonial, função dos interesses da Metrópole e não das populações locais.

O que diferencia a exploração colonial portuguesa é o facto de, por mais tempo que nas outras colónias, o trabalho forçado ter sido utilizado como motor principal da economia, função dum subdesenvolvimento da economia metropolitana que até aos anos de sessenta não estava em condições de implantar suficientemente em Angola uma economia mais «racional», baseada no trabalho assalariado generalizado. Essa mesma fraqueza conduzia a uma maior diversificação de clientes comerciais de Angola pelo facto de a economia metropolitana não ter capacidade de absorção da produção colonial; por outro lado, a impossibilidade de a economia portuguesa exportar produtos industriais mais elaborados conduzia a uma maior diversificação de fornecedores da economia angolana, do que se verificava nas colónias de outras potências.

O impasse geral em que começa a entrar a economia angolana nos anos de cinquenta tem origem em dificuldades surgidas ao nível dos factores de produção: terra, mão-de-obra e capital. Tais dificuldades resultam da própria evolução interna da economia, acrescentadas, no que se refere ao capital, por dificuldades de ordem externa.

A terra cultivável em Angola resume-se a menos de metade do país e, na década de cinquenta, só uma percentagem reduzidíssima, de 1% a 3%, está em condições de ser realmente cultivada. Não tendo sido o crescimento da produção o resultado dum aumento da produtividade mas sim duma utilização extensiva das terras, começa a surgir o problema da escassez deste factor. Tornava-se, pois, necessário superar esta escassez o que implicava, por um lado aumentar a produtividade e alterar a produção e estrutura das empresas agrícolas, algumas de rendimento extremamente baixo, por outro orientar a economia no sentido de ela não continuar a basear-se quase exclusivamente na agricultura.

No respeitante ao factor trabalho, chegava-se a uma situação mais grave. Num país de fraca densidade demográfica, a exiguidade da população activa, que sempre colocara problemas de mão-de-obra, passa a representar uma barreira difícil de transpor quando, sem terem sido alteradas as condições de trabalho, se pretende conseguir mão-de-obra para uma produção agrícola acelerada não baseada no aumento da produtividade. A manutenção do mesmo sistema de produção implica uma utilização da mão-de-obra que só é conseguida através de uma grande pressão sobre o africano.

Para a superação do impasse que vai surgindo, torna-se necessário, por um lado, alterar as condições de trabalho em termos de atrair a mão-de-obra, por outro aumentar a produtividade de maneira a ser liberta mão-de-obra para a indústria. Enquadrada na política colonial geral, surge ainda como possibilidade do aumento do potencial de trabalho a política de povoamento com colonos vindos de Portugal.

A possibilidade de acelerar a acumulação de capital para o fomento dum processo de industrialização e o sustento de um desenvolvimento global dependia em Angola, dada a estrutura da sua economia, das possibilidades criadas pelo comércio externo. Contudo, precisamente na altura em que se fomentava uma política de desenvolvimento de culturas coloniais de exportação como base de acumulação, a tendência ao nível do mercado mundial era para a desvalorização dos produtos agrícolas tradicionais. Isto essencialmente devido à concorrência aberta entre vários países do «Terceiro Mundo» que, após a descolonização, pretendiam adquirir através do comércio externo o capital necessário ao seu próprio desenvolvimento económico.

A política de fomento de culturas coloniais de exportação revela-se assim incapaz de contribuir para uma acumulação que garanta o desenvolvimento. Torna-se urgente, por um lado, diversificar a produção agrícola para além das culturas já implementadas, por outro passar à fase de industrialização, de maneira a que a economia não continue, exclusivamente, na dependência de uma produção cujo valor se vai deteriorando. Mas qualquer destes caminhos vai por sua vez repor a questão da falta de capital.

A economia angolana deparava-se assim com impasses provocados por estrangulamentos ao nível de três factores de produção - terra, mão-de-obra e capital. Foi esta conjuntura, aliada à fraqueza da base de acumulação que o sistema de exploração da colónia criara, que conduziu já no início dos anos de cinquenta ao lançamento de um processo de remodelação da política económica colonial no sentido de criar condições que permitissem ultrapassar o impasse que se desenhava e de lançar as bases dum sistema de produção com possibilidades de desenvolvimento. O I e II Planos de Fomento para Angola, respectivamente de 1953-58 e 1959-64, representam já um esforço para o lançamento de infra-estruturas que permitissem uma reconversão de actividades, fomento da indústria de transformação e indústria mineira, e criação de pré-condições para o povoamento com colonos vindos da Metrópole.

A nova política económica de desenvolvimento da colónia, contudo, só se faz sentir quase em meados da década de sessenta. A fraca dotação dos Planos de Fomento - 2,9 e 4,6 milhões de contos respectivamente para o I e II Planos e aplicados em pouco mais de 50% - não permitiam um impacto grande no sentido de uma reestruturação rápida; por outro lado tratava-se de infra-estruturas de que, como tais, só surgem efeitos a longo prazo; finalmente, o levantamento armado em 1961 representou um factor incisivo de perturbação no desenvolvimento da nova política, a qual, só assume forma consciente, sistemática e intensiva após o Decreto 44 016, de Novembro de 1961 com a política de integração acentuada e que implicava grandes transformações da economia angolana. Na primeira metade dos anos de sessenta já é nítida a coexistência de dois tipos de crescimento baseados em tipos diferentes

de economia e correspondendo às características das sociedades capitalistas periféricas em que numa mesma economia coexistem fracções com diferentes níveis de desenvolvimento de forças produtivas. Essas fracções não correspondem necessariamente à divisão sectorial, na medida em que, essencialmente o sector agrícola é abrangido tanto por um sistema como pelo outro. Para além da economia de subsistência depara-se por um lado com a agricultura africana para o mercado (*cash crop agriculture*) e com a cultura de plantação trabalho intensiva e de utilização extensiva das terras, por outro com novas actividades 'progressivamente mais capital intensivas e mais dinâmicas ligadas à agricultura mecanizada, à indústria e à extracção mineira.

Mas o novo tipo de crescimento baseia-se essencialmente nos ramos de maior produtividade da indústria mineira e de transformação, com grande capacidade de desenvolvimento. Estas crescem essencialmente a partir das reformas iniciadas em 1961 no sentido de passar a ser permitido desenvolver indústrias nas colónias mesmo que se trate de indústrias existentes na Metrópole.

Na base deste tipo de crescimento da economia angolana estão novas atitudes da política económica que vão permitir ultrapassar parte das barreiras levantadas ao nível dos vários factores de produção.

A questão da falta de mão-de-obra é enfrentada de forma dupla: por um lado através da libertação de parte da mão-de-obra retida nos campos, por outro através da imigração de colonos. O africano vai sendo integrado, em proporções crescentes, na economia do mercado e nos ramos «mais dinâmicos» da economia através de processos simultâneos. O novo sistema baseia-se em relações novas de produção em que predomina não mais o trabalho forçado nas suas várias formas, patentes ou dissimuladas, mas sim o salariedade.

Uma outra tentativa para suprir a falta de mão-de-obra na generalidade e para actividades qualificadas e empregos não directamente produtivos, foi feita pela Metrópole, como se indicou, já nos anos de cinquenta com uma política de povoamento à base da imigração de portugueses. Contudo esta tentativa de solucionar o problema de mão-de-obra nunca alcançou as dimensões relevantes que se lhe pretendia dar. Tanto demográfica como economicamente, a mão-de-obra portuguesa «dirigida» por esta política ficou bastante aquém do pretendido. Até ao fim do domínio de Portugal sobre Angola manteve-se a questão da falta da mão-de-obra - particularmente da especializada - como estava patente ainda na preocupação do Conselho Ultramarino em 1972, e dos técnicos de planeamento do IV Plano de Fomento.

A diversificação e aumento da produção não se tomam exequíveis pela mera solução (mais ou menos suficiente) da questão da mão-de-obra, visto que só a longo prazo contribuem para suplantar a falta de capital. A curto e médio prazo não só embatem no impasse do capital como o agravam, na medida em que este factor de produção se apresenta como complementar ou pelo menos a sua falta conduz a uma produtividade marginal do trabalho da mão-de-obra suplementar cada vez mais baixa. A política económica para Angola terá assim que passar a ser orientada no sentido de ser conseguida disponibilidade de capital. As medidas tomadas vão no sentido de, por um lado fomentar a criação e fixação de poupança local, por outro atrair capitais vindos do exterior.

As medidas de política económica referentes à mão-de-obra e ao capital, permitindo um certo grau de saída para o impasse, vão conduzir à diversificação e crescimento da produção referidos. Deparamos assim com uma «adaptação» do modo de produção conducente a um crescimento visível se bem que não sem dificuldades derivadas de deformações de carácter estrutural.

\*Uma análise detalhada, a fundamentar as teses aqui defendidas, é publicada na revista *Análise Social*.